

[RE] PROGRAMA DE
laboração
DOS REFERENCIAIS CURRICULARES
NOS MUNICÍPIOS **BAIANOS**



Bahia, maio de 2020.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME/BA)

Presidente

Raimundo Pereira Gonçalves Filho

UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNCME/BA)

Coordenadora

Gilvânia da Conceição Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

Diretor da Faculdade de Educação (FACED)

Roberto Sidnei Alves Macedo

EQUIPE DO PROGRAMA DE (RE)ELABORAÇÃO DOS REFERENCIAIS CURRICULARES NOS MUNICÍPOS BAIANOS

Coordenador do Programa

Renê Silva

Coordenador de Articulação com os Municípios

Williams Panfile Brandão

EQUIPE DE ESPECIALISTAS

Curriculum

Cristiana Ferreira dos Santos

Curriculum

Herbert Gomes da Silva

Curriculum

Roberto Sidnei Alves Macedo

Educação Infantil

Zuma Evangelista Castro da Silva

Ensino Fundamental Anos Iniciais

Fernanda Karla de Santana Reis Argolo

Ensino Fundamental Anos Finais

Eronize Lima Souza Marcos Paiva Pereira

Educação Integral

Cláudia Cristina Pinto Santos

Educação de Jovens, Adultos e Idosos

Josinélia dos Santos Moreira

Educação do Campo, Indígena e Quilombola
Marcos Paiva Pereira

Educação Especial
Aline

Plataforma Moodle
José Renato Gomes de Oliveira

EQUIPE DE FORMADORES POR NÚCLEOS FORMATIVOS

Núcleo Formativo 01 - Irecê
Miriam Oliveira Rotondano

Núcleo Formativo 02 – Velho Chico
Jeane Rufina de Souza Silva

Núcleo Formativo 03 – Chapada Diamantina
Luzileide de Jesus Santos e Santos

Núcleo Formativo 04 - Sisal
Carlos Vagner da Silva Matos

Núcleo Formativo 05 – Litoral Sul
Cristiano de Sant Anna Bahia

Núcleo Formativo 06 – Baixo Sul
Anderson Passos dos Santos

Núcleo Formativo 07 – Extremo Sul
Carolina Freitas Castro

Núcleo Formativo 08 – Médio Sudoeste da Bahia
Higro Souza Silva

Núcleo Formativo 09 – Vale do Jiquiriçá
Lucinaide Santana Santos

Núcleo Formativo 10 – Sertão do São Francisco
Marco Antonio de Jesus Botelho

Núcleo Formativo 11 – Bacia do Rio Grande
Gabriela Sousa Rêgo Pimentel

Núcleo Formativo 12 – Bacia do Paramirim
Renilton da Silva Sandes

Núcleo Formativo 13 – Sertão Produtivo
Naurelice Maia de Melo

Núcleo Formativo 14 – Piemonte do Paraguaçu

Izabel Conceição Costa da Silva

Núcleo Formativo 15 – Bacia do Jacuípe

Angelo Dantas de Oliveira

Núcleo Formativo 16 – Piemonte da Chapada

Michelli Venturini

Núcleo Formativo 17 – Semiárido Nordeste II

Robélia Aragão da Costa

Núcleo Formativo 18 – Litoral Norte e Agreste Baiano

Gerusa do Livramento Carneiro de Oliveira Moura

Núcleo Formativo 19 – Portal do Sertão

Alexsandro Rocha de Souza

Núcleo Formativo 20 – Sudoeste Baiano

Josirlene Cardoso Lima Afonsena

Núcleo Formativo 21 – Recôncavo

Tania Maria Nunes Nascimento

Núcleo Formativo 22 – Médio Rio de Contas

Karine Nascimento Silva

Núcleo Formativo 23 – Bacia do Rio Corrente

Karla Mychely Teles de Miranda Santana

Núcleo Formativo 24 – Itaparica

Maria das Graças Souza Moreira

Núcleo Formativo 25 – Piemonte Norte do Itapicuru

Maria Cristiane Correira Maia

Núcleo Formativo 26 – Metropolitano de Salvador

Edisio Brandão Sousa

Núcleo Formativo 27 – Costa do Descobrimento

Luiz Argolo de Melo

REVISÃO DO TEXTO

Sheila Mascarenhas Tranzilo – Planaltino

Tania Maria Nunes Nascimento – Cruz das Almas

SUMÁRIO

OBJETIVO GERAL	6
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
JUSTIFICATIVA	8
CONHECENDO A PROPOSTA	9
I Organização da Equipe de Execução do Projeto	14
Coordenação Estadual	14
Especialistas em Currículo, Etapas e Modalidades da Educação Básica	16
Especialista para Plataforma Moodle	17
Formadores	18
II Organização da Gestão Local do Projeto	19
Comissão Municipal de Governança	20
Grupos de Estudos e Aprendizagens (GEAs)	22
Organização dos Grupos de Estudos e Aprendizagens nos municípios	23
Grupos de Estudos e Aprendizagens da Educação Infantil	23
Grupos de Estudos e Aprendizagens dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	24
Grupos de Estudos e Aprendizagens dos Anos Finais do Ensino Fundamental	25
Educação Integral e modalidades de ensino	26
III Organização Pedagógica do Projeto	27
Moodle	27
Web TV Undime Bahia	28
Redes Sociais e Plataformas de Comunicação	28
Acompanhamento, monitoramento e avaliação	29
Etapas do processo de orientação formativa	29
Fluxograma do Projeto	33
IV Organização Financeira do Projeto	34
Referências	35
Anexo I – Núcleos de Formativos	40



Foto: Planaltino/BA

OBJETIVO GERAL

Realizar ação formativa conjunta para que todos os municípios baianos possam construir e terem homologados seu Referencial Curricular, preferencialmente, tendo como base o Documento Curricular Referencial da Bahia, contemplando adaptações/contextualizações locais e territoriais.





OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Mobilizar as equipes técnicas das redes, gestores, coordenadores escolares, e professores e conselheiros municipais de educação para estudo e análise crítica do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB);
- ❖ Oportunizar, a partir do estudo e análise dos textos introdutórios do DCRB, proposições que contemplam a concepção de currículo construída coletivamente pela rede e com a rede considerando as especificidades locais e territoriais;
- ❖ Promover, a partir do estudo do DCRB, compreensão do trabalho com temas contemporâneos (BNCC) e integradores (DCRB) visando a elaboração da parte diversificada do currículo;
- ❖ Produzir e sistematizar o organizador curricular que contemple no Referencial as especificidades locais e territoriais bem como, para o Ensino Fundamental Anos Finais o Projeto de Vida.
- ❖ Promover junto aos professores das redes de ensino, o exercício da reflexão, autoria e gestão curricular.





Foto: Caetité/BA

JUSTIFICATIVA

A Resolução CNE/CP Nº 02, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, traz no parágrafo único do Art. 15, que “a adequação dos currículos à BNCC deve ser efetivada preferencialmente até 2019 e no máximo, até início do ano letivo de 2020”.

A Resolução CEE/BA Nº 137/2019, de 17 de dezembro de 2019, no seu Art. 26, § 1º estipula que “as redes de ensino ou as instituições escolares deverão requerer ao CEE-BA a apreciação das propostas pedagógicas e de seus instrumentos executores, até o final do primeiro semestre de 2020”. A citada Resolução, referendou também o Parecer CEE Nº 196/2019 que aprovou o Documento Curricular Referencial da Bahia – DCRB, contendo as proposições que indicam às redes e instituições escolares o ordenamento curricular para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental.

Com base nestas premissas legais, toda a adequação dos currículos pelas redes de ensino já deveria ter sido realizada até o início do ano letivo de 2020. No caso da Bahia, tendo em vista a aprovação do DCRB em 2019, o prazo para esta adequação foi revisto para o final do primeiro semestre de 2020.

Contudo, dados do primeiro monitoramento realizado pelo Programa de Implementação da BNCC na Bahia (ProBNCC), no período de 20 de janeiro à 12 de fevereiro de 2020, cuja coordenação é composta por representação da Undime Bahia e da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, apontaram que dos 383 municípios respondentes, que representa 91,8% dos 417 municípios baianos, 178 municípios estavam aguardando o Processo Formativo que será realizado pela SEC/Undime sobre o DCRB para iniciar a

construção do currículo, 156 informaram ainda, que iniciaram a construção do currículo de forma autônoma e 50 iniciaram com apoio de consultoria.

O Processo Formativo sinalizado pelos municípios, faz parte do planejamento do ciclo II do ProBNCC na Bahia. A formação já deveria ter iniciado no ano de 2019, no entanto, foi replanejada para os meses de abril e maio de 2020, mas, diante do contexto da pandemia do Covid-19, foi novamente adiada para acontecer ao término do período de isolamento social e suspensão das aulas. Cada município terá que enviar para esta formação 12 professores. Serão 32 horas presenciais divididas em dois encontros de 16 horas, mais 30 horas em Ambiente Virtual de Aprendizagem. Esta formação tem como foco a implementação do DCRB, com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem, tendo como produto um plano de ação para implementação do currículo no município, com definição de estratégia para (re)elaboração do PPP.

Diante do primeiro cenário apresentado pelos municípios baianos, realizamos um segundo monitoramento no período de 19 de fevereiro, até 04 de março de 2020, com a intenção de qualificar e confirmar as informações obtidas no primeiro monitoramento. Os 417 municípios responderam ao formulário online de monitoramento. Para compreender melhor as etapas do processo de (re)elaboração curricular, pedimos que os municípios indicassem a opção que melhor identificasse o processo considerando a BNCC/DCRB, veja quadro abaixo.

ProBNCC Bahia

Quanto ao processo de (re)elaboração curricular considerando a BNCC/DCRB:

Situação	Nº de Municípios	%
Meu município aderiu/vai aderir integralmente ao referencial curricular elaborado junto ao estado	35	8,4
Meu município aderiu/vai aderir ao referencial curricular elaborado em regime de colaboração, porém fará adaptações/contextualizações locais	281	67,4
Meu município vai (re)elaborar o próprio currículo alinhado à BNCC de Educação Infantil e Ensino Fundamental	60	14,4
Meu município ainda não decidiu	31	7,4
Outro	10	2,4

Constatou-se que apenas 35 municípios manifestaram desejo de aderir integralmente ao Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB), como Referencial Curricular Municipal.

A grande maioria, 281 municípios, informaram o interesse em aderir ao DCRB, porém com adequações adaptações e contextualizações locais, o que acreditamos ser a melhor opção para garantir, no movimento curricular, que sejam contempladas as especificidades socioculturais e econômicas dos municípios e seus respectivos territórios de identidades.

Houve ainda 60 municípios que sinalizaram o desejo de elaborarem seus respectivos referenciais tendo apenas a BNCC como base. 31 municípios informaram que ainda não definiram a forma como irão regulamentar seu Referencial Curricular e outros 10 manifestaram que estão buscando outras alternativas, que não se encaixam nas opções anteriores.

Em uma questão seguinte, considerando relação de sete etapas da implementação da BNCC/DCRB indicadas pela coordenação nacional do ProBNCC para monitoramento em todo país, os municípios sinalizaram em qual etapa encontravam-se naquele momento; Vejamos.

ProBNCC Bahia

Em qual dessas etapas se encontra seu município quanto ao processo de implementação da BNCC/DCRB?

Situação	Nº de Municípios	%
O município já homologou junto ao Conselho Municipal de Educação o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), elaborado em regime de colaboração;	6	1,4
Está em andamento no Conselho Municipal de Educação a homologação do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB);	44	10,6
O Município já homologou junto ao Conselho Municipal de Educação uma adaptação/modificação do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB);	13	3,1
Está em andamento junto ao Conselho Municipal de Educação a homologação de uma adaptação/modificação do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB);	98	23,5
O município já homologou junto ao Conselho Municipal de Educação o seu próprio documento curricular sem utilizar o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB);	9	2,2
Está em andamento junto ao Conselho Municipal de Educação a homologação de um documento curricular sem utilizar o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB); ou	25	6,0
O município ainda não iniciou o processo de definição do documento curricular municipal.	222	53,2

Este novo monitoramento, nos fez perceber que apenas 28 municípios têm documento curricular homologado pelo Conselho Municipal de Educação. 222 municípios

Estado da Bahia informaram que ainda não iniciaram o processo de definição do documento curricular municipal, e 167 que está em andamento junto ao Conselho Municipal de Educação ou em processo de homologação.

Na análise dos dados, fizemos um recorte sobre os 222 municípios que informaram que ainda não iniciaram o processo, e analisamos apenas as respostas destes quanto a questão anterior sobre o processo de (re)elaboração curricular considerando a BNCC/DCRB. Vejamos o recorte.

ProBNCC Bahia

Quanto ao processo de (re)elaboração curricular considerando a BNCC/DCRB:

Dos 222 que responderam que o município não iniciou o processo

Situação	Nº de Municípios	%
Meu município aderiu/vai aderir integralmente ao referencial curricular elaborado junto ao estado	16	7,2
Meu município aderiu/vai aderir ao referencial curricular elaborado em regime de colaboração, porém fará adaptações/contextualizações locais	148	66,7
Meu município vai (re)elaborar o próprio currículo alinhado à BNCC de Educação Infantil e Ensino Fundamental	23	10,4
Meu município ainda não decidiu	28	12,6
Outro	7	3,2

Percebe-se a clara intenção da grande maioria dos municípios em realizar um processo que contemple as contextualizações locais. Acreditamos também que, mesmo os municípios que manifestaram no monitoramento a intenção de aderir integralmente ao referencial elaborado junto ao estado, podem rever este posicionamento diante de uma proposta formativa como aqui apresentada.

Tanto a Undime quanto a Uncme, têm mantido intenso diálogo com os municípios baianos sobre o processo de implementação curricular, é notório a necessidade que eles manifestam de uma melhor orientação sobre o processo de elaboração e homologação do documento curricular no município.

Tomando como referência o Art. 5º da Resolução CNE/CP Nº 2 de 22 de dezembro de 2017, que diz que “a BNCC é referência nacional para os sistemas de ensino e para as instituições ou redes escolares e privadas da Educação Básica, dos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, para constituírem ou revisarem seus currículos”, compreendemos que para iniciar um movimento de (re)elaboração de projetos políticos

pedagógicos, é importante que os municípios tenham, a priori, definidos seu respectivo referencial curricular.

Para isso, entendemos ser importante o fomento junto as redes municipais, do que preconiza o parágrafo único do Art. 1º da mesma Resolução, sobre o exercício da autonomia de que “no processo de construção de suas propostas pedagógicas, atendidos todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos pela BNCC, as instituições escolares, redes de escolas e seus respectivos sistemas de ensino poderão adotar formas de organização e propostas de progressão que julgarem necessários.”

Outro ponto que devemos especial atenção, é ao Art. 6º, também da Resolução CNE/CP nº 2, que diz que “as propostas pedagógicas das instituições ou redes de ensino, para desenvolvimento dos currículos de seus cursos, devem ser elaboradas e executadas com efetiva participação de seus docentes, os quais devem definir seus planos de trabalho coerentemente com as respectivas propostas pedagógicas, nos termos dos artigos 12 e 13 da LDB.”

Em diálogo com os municípios sobre o processo de implementação, mesmo a grande maioria daqueles que informam estar em processo mais avançado de implementação, reconhecem não ter conseguido envolver todos os professores na discussão curricular. Neste sentido, entendemos que a proposta aqui apresentada, favorece mesmo para esses municípios, uma possibilidade metodológica de envolvimento de todos os docentes na apropriação, reflexão e autoria curricular.

Para esse envolvimento, tendo como base o atual contexto de pandemia do Covid-19, com a medida de distanciamento social, prioritariamente, o isolamento social, e consequente suspensão das aulas em todos os municípios do Estado da Bahia, acreditamos ter uma oportunidade, de com esta ação, usando recursos e ferramentas digitais, envolver verdadeiramente todos os professores das redes municipais na discussão curricular, uma vez que eles não estão no exercício da docência.

Destacamos também o Art. 11 Lei 9.394/1996, que define como responsabilidade dos municípios, no inciso I, “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados”, e no inciso III, “baixar normas complementares para o seu sistema de ensino”.

Quanto ao DCRB, compreendemos, assim como aponta o Parecer CEE nº 196/2019, que este documento “foi elaborado em regime de colaboração entre Estado e Municípios,

Estado da Bahia em um movimento desafiador, fraterno, criativo e, acima de tudo, colaborativo". Por isso, compreendemos ser valoroso o processo de elaboração de referencial curricular no âmbito municipal, ter como base o DCRB.

Por fim, temos a esperança de que esta proposta possa proporcionar junto aos municípios baianos, a oportunidade de envolvimento de toda a rede de professores neste movimento curriculante, contribuindo assim para uma organização do trabalho pedagógico que busque garantir o direito de aprendizagem de nossas crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Por isso, a proposta envolve:

1. A União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), como representante dos Dirigentes Municipais de Educação que tem entre os seus objetivos contribuir para a formação dos dirigentes municipais de educação e suas equipes técnicas para que, no desempenho de suas funções, atue decisivamente para a melhoria da educação pública no estado da Bahia;
2. A União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), que tem entre as suas finalidades articular-se com órgãos públicos e privados, tendo em vista o alcance dos objetivos educacionais constitucionais e incentivar a formação dos Conselheiros Municipais de Educação para que, no desempenho de suas funções, contribua decisivamente para a melhoria da educação nos municípios brasileiros;
3. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a Superintendência de Educação à Distância, pela expertise no ensino e desenvolvimento de recursos e ferramentas digitais, e também através da Faculdade de Educação, e específico o Grupo de Pesquisa FORMACCE em Aberto do Programa de Pós-graduação em Educação FACED/UFBA que dedica suas principais atividades à pesquisa e à formação nos campos do Currículo e das Ações Formativas;
4. Fundação Itaú Social, que tem como missão "desenvolver, implementar e compartilhar tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da educação pública brasileira". Neste Programa, a Fundação Itaú atua como financiadora da proposta.

Como nos orienta o José Pacheco¹... *"Projetos humanos são projetos coletivos"*.

¹ <https://www.yousubtitles.com/Experiencias-inovadoras-na-educacao-Jose-Pacheco-at-TEDxUnisinos-id-2786955> Acessado em 19/04/2020

Foto: Arquivo pessoal/ Renê Silva



CONHECENDO A PROPOSTA

A proposta que apresentaremos está organizada em quatro eixos: I Organização da Equipe de Execução do Projeto; II Organização da Gestão Local do Projeto; III Organização Pedagógica do Projeto; IV Organização Financeira do Projeto. Na sequência, abordaremos cada um dos eixos.

I Organização da Equipe de Execução do Projeto

Para a coordenação do Projeto, foi pensada a constituição de uma equipe com 43 profissionais, distribuída em: Coordenação Estadual, Especialistas em Currículos, Etapas e Modalidades de Ensino, Especialista para Plataforma Moodle e Formadores.

Coordenação Estadual

A Coordenação Estadual do Projeto, composta por um representante de cada parceiro mais um Coordenador de Articulação com os Municípios, tem como finalidade coordenar os processos de orientação formativa para

elaboração de referencial curricular junto aos municípios baianos. A equipe da Coordenação Estadual, terá como Coordenador Geral dos trabalhos a representação da Undime Bahia.

Coordenadores Estaduais:

- ❖ 1 Representante Undime Bahia (Coordenação Geral)
- ❖ 1 Representante Uncme Bahia
- ❖ 1 Representante UFBA
- ❖ 1 Representante Fundação Itaú Social

Responsabilidades conjuntas:

1. Planejar e coordenar as diferentes etapas do processo de orientação formativa dos referenciais curriculares municipais, que se dará por meio da formação continuada;
2. Planejar, realizar e coordenar as ações de formação continuada para a elaboração dos novos referenciais curriculares, em parceria com as redes municipais;
3. Desenvolver com os Especialistas em Currículos, Etapas e Modalidades da Educação Básica e Formadores, as ações necessárias da formação continuada para os processos de elaboração dos referenciais curriculares municipais;
4. Realizar ações para o envolvimento e atuação das secretarias municipais de educação em cada núcleo formativo, nas ações formativas propostas;
5. Assegurar junto aos Conselhos Municipais de Educação participação nas ações de orientação formativa e outras ações para a elaboração dos referenciais curriculares municipais;
6. Desenvolver ações de apoio que possibilitem aos Especialistas em Currículos, Etapas e Modalidades da Educação Básica e Formadores coordenar as ações juntos aos Grupos de Trabalho dos municípios;
7. Acompanhar e monitorar o desenvolvimento das atividades de orientação formativa de forma a atender as expectativas do Projeto com relação à elaboração dos referenciais curriculares municipais;

Coordenador de Articulação com os Municípios:

- ❖ 1 Bolsista Formador

Responsabilidades:

1. Acompanhar e monitorar o desenvolvimento das atividades de orientação formativa de forma a atender as expectativas do Projeto com relação à elaboração dos referenciais curriculares municipais;
2. Articular o engajamento das redes municipais na adesão a proposta;
3. Participar do processo de planejamento voltado para a implementação das ações do Projeto de elaboração dos referenciais curriculares junto aos municípios baianos;
4. Promover, por meio de ações regulares e sistematizadas, a comunicação entre as equipes dos núcleos formativos e as redes municipais de educação;
5. Manter um canal de comunicação constante de acompanhamento e suporte às secretarias municipais de educação;
6. Coletar devolutivas de informações e dados do monitoramento sobre a implementação do Projeto de orientação formativo junto aos municípios baianos;
7. Intermediar a resolução de possíveis entraves no processo de desenvolvimento das atividades de orientação formativa entre as redes municipais e formadores;
8. Participar das reuniões junto a Coordenação Estadual.

Especialistas em Currículo, Etapas e Modalidades da Educação Básica

Especialistas na área de Currículo, Etapas e Modalidades da Educação Básica, que atuarão em conjunto na estruturação do trabalho técnico do Projeto.

Responsabilidades conjuntas:

1. Elaborar materiais com orientações:
 - a. para o trabalho da Comissão Municipal de Governança;
 - b. para organização dos GEAs;
 - c. para desenvolvimento das atividades nos GEAs;
 - d. para estudo da concepção de currículo;
 - e. para estudo dos textos introdutórios;
 - f. para estudo dos temas contemporâneos e integradores (BNCC/DCRB);
 - g. para registro das observações e proposições;
 - h. para sistematização do texto de cada GEA;
 - i. para sistematização do texto pela Comissão de Governança;
 - j. para encaminhamento do processo de homologação;

- k. para realização de reuniões de trabalho por Plataformas de Comunicação;
 - l. para o acesso e participação no Moodle.
 2. Elaborar planejamento de Lives Formativas, com a definição de temáticas para estudos e aprofundamentos, indicação e contato com convidados;
 3. Realizar processos formativos com os Formadores;
 4. Acompanhar e auxiliar os Formadores nas orientações e esclarecimentos de dúvidas juntos aos municípios, quanto as questões específicas sobre currículo, etapas e modalidades da Educação Básica, através do Moodle e utilização de Plataformas de Comunicação.

Especialistas em Currículo

- ❖ 3 Bolsistas Formadores indicados pela Universidade Federal da Bahia.
- ❖ 1 Bolsista Formador para Educação Integral;

Especialistas em Etapas

- ❖ 1 Bolsista Formador para Educação Infantil;
- ❖ 1 Bolsista Formador para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- ❖ 1 Bolsista Formador para os Anos Finais do Ensino Fundamental.

Especialistas em Modalidades

- ❖ 1 Bolsista Formador para Educação Especial;
- ❖ 1 Bolsista Formador para Educação do Campo, Indígena e Quilombola;
- ❖ 1 Bolsista Formador para Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Especialista para Plataforma Moodle

Especialista indicado pela Superintendência de Educação à Distância da Universidade Federal da Bahia, que atuará no desenvolvimento, implementação e monitoramento da Plataforma Moodle.

Coordenador da Plataforma Moodle

- ❖ 1 Bolsista

Responsabilidades:

1. Participar de reuniões com a Coordenação Estadual para definição da estrutura da Plataforma Moodle;
2. Atuar na customização, implementação e monitoramento da Plataforma Moodle;
3. Realizar formação com equipe da Coordenação Estadual e Formadores para realização do trabalho na Plataforma Moodle.

Formadores

Para atingir o objetivo de garantir que todos os municípios baianos que aderirem ao Projeto tenham seu respectivo referencial curricular (re)elaborado e homologado, a proposta é ter Formadores que atuarão na orientação direta aos municípios, utilizando recursos e ferramentas digitais das ações. Os 417 municípios baianos seriam organizados em Núcleos Formativos², tanto como referência os 27 Territórios de Identidade³, que seriam acompanhados por um Formador.

Estes formadores serão profissionais da educação, especialistas e com experiência na atuação de programas de formação e implementação de políticas públicas.

Formadores de Núcleo

- ❖ 27 Bolsistas

Responsabilidades:

- ❖ Atuar na orientação e acompanhamento das atividades de um núcleo formativo;
- ❖ Orientar e acompanhar as atividades no Moodle;
- ❖ Realizar reuniões por Plataformas de Comunicação com equipes dos municípios, sempre que necessário;
- ❖ Realizar orientações e acompanhamento através do WhatsApp e Fóruns de Discussões;

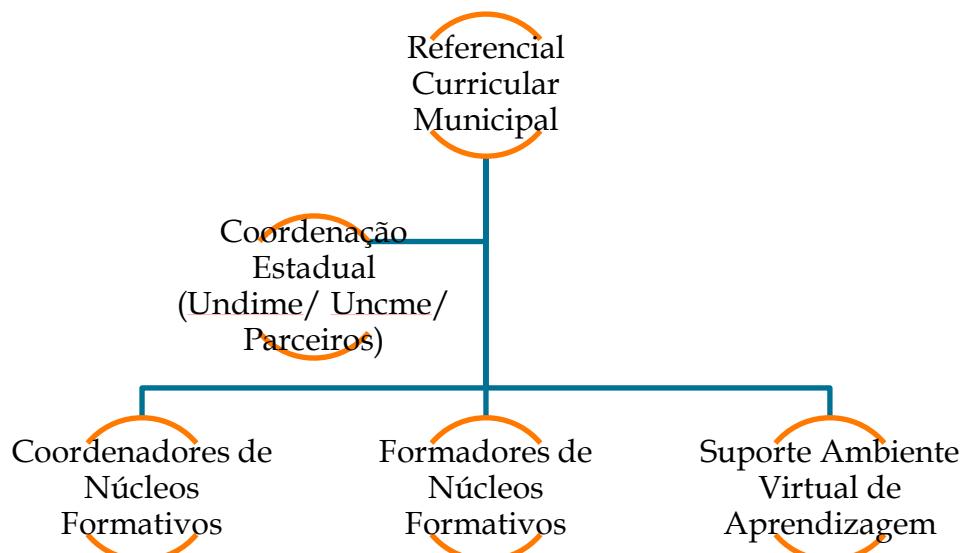


² Ver anexo I do projeto.

³ Os 417 municípios baianos são organizados em 27 Territórios de Identidade. Saiba mais: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>

- ❖ Participar de formações e reuniões realizadas pela Coordenação Estadual;
- ❖ Produzir relatório das atividades desenvolvidas para recebimento de bolsas.

Organograma da Equipe de Execução



II Organização da Gestão Local do Projeto



A participação dos municípios baianos no Projeto de (Re)elaboração de Referenciais Curriculares nos municípios baiano, acontecerá por adesão, mediante assinatura pelo(a) Dirigente Municipal de Educação de Termo de Compromisso, a ser firmado antes do início dos trabalhos. O termo será disponibilizado por e-mail,

assinado, e enviado para Coordenação Estadual por meio dos Formadores.

Na organização local, o município precisará instituir a Comissão Municipal de Governança. O ProBNCC, vem orientando desde 2018 que os municípios criem essa Comissão com o objetivo de coordenar a nível local os trabalhos de discussão curricular.

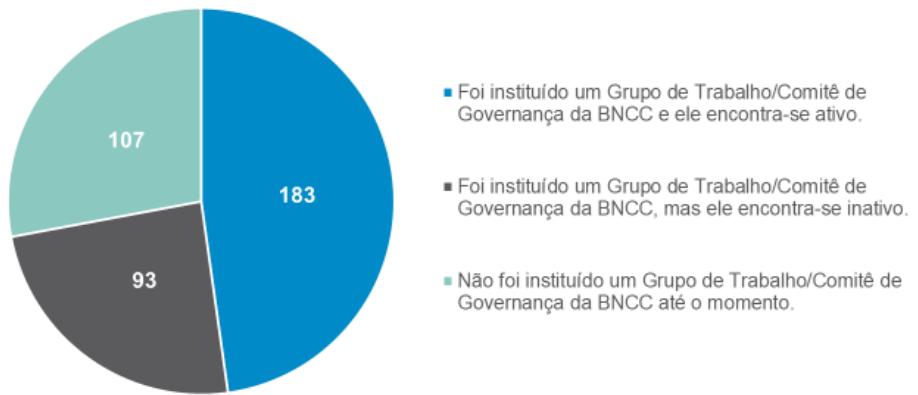
Também precisarão ser criados Grupos de Trabalho, que neste Projeto chamaremos de Grupos de Estudos e Aprendizagens que envolverão todos os professores de cada rede municipal de ensino.

Comissão Municipal de Governança

No primeiro monitoramento que o ProBNCC realizou junto aos municípios entre 20 de janeiro e 12 de fevereiro de 2020, quando questionados sobre do Comitê, os 383 municípios responderam da seguinte forma:

UNDIME

Sobre o processo de implementação da BNCC no município, marque a opção que melhor representa sua realidade



Logo após esse monitoramento, a Coordenação do ProBNCC enviou comunicado a todos os municípios que informaram que o Comitê de Governança encontrava-se inativo aqueles que ainda não tinham instituído, com orientações para criação ou ativação dos Comitês. Foi solicitado também que todos os municípios enviassem por e-mail a respectiva portaria de constituição do Comitê. A grande maioria dos municípios já enviaram, mas ainda não foi possível fechar o levantamento. No entanto, pelo volume de e-mails já recebido, é possível afirmar que a grande maioria dos municípios já possui Comitê instituído e ativo.

Na sequência apresentamos a composição que foi sugerida:

- ❖ Dirigente Municipal de Educação
- ❖ Representante da Equipe Técnica Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação

- ❖ Representantes do Conselho Municipal de Educação
- ❖ Representantes da rede estadual
- ❖ Representantes da rede particular
- ❖ Representantes do Fórum Municipal de Educação
- ❖ Representantes de Universidades
- ❖ Representantes da APLB Sindicato

As atribuições da Comissão são as seguintes:

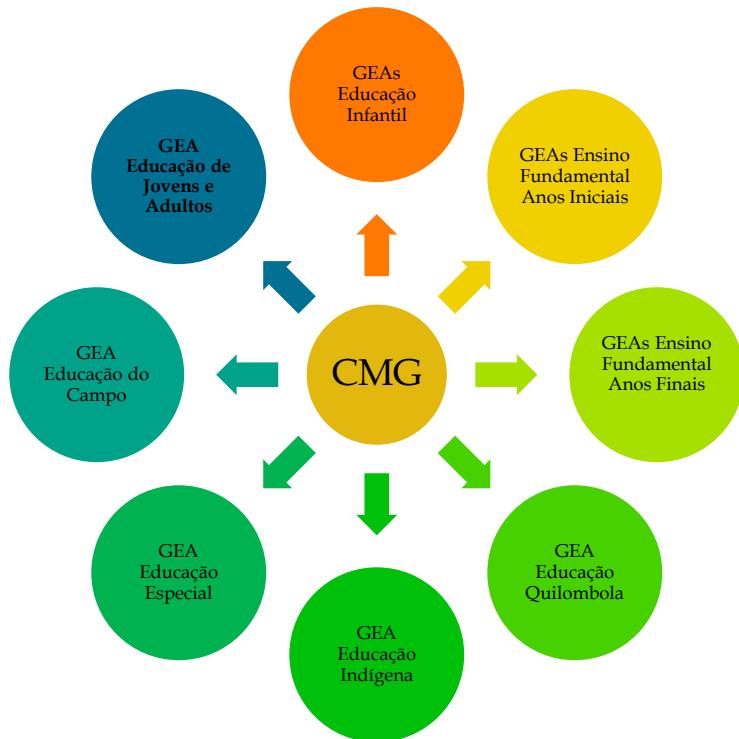
- ❖ **Mobilizar a Comunidade Escolar para o processo de (re)elaboração curricular**
- ❖ **Validar o planejamento e cronograma de ações;**
- ❖ Disponibilizar materiais de estudo;
- ❖ Orientar e zelar pela ampla comunicação do processo;
- ❖ Estudar o histórico curricular do município;
- ❖ **Compor grupos de trabalho para estudos críticos e produção de textos para o referencial curricular municipal;**
- ❖ Zelar pelo cumprimento das etapas subsequentes à (re)elaboração do currículo.

Para esta proposta ora apresentada, destacamos três atribuições da Comissão que são fundamentais para coordenação dos trabalhos em cada município:

1. A primeira é da de mobilizar a comunidade escolar para o processo de (re)elaboração curricular. Cabe a Comissão, pensar, elaborar estratégias para a mobilização. No caso específico da nossa proposta, mobilizar os professores para o envolvimento e participação, discutindo todas as condições que precisam ser garantidas;
2. A segunda, é realizar um planejamento com cronograma definido para desenvolvimento de todas as ações. Esta é uma ação importante para monitorar o desenvolvimento das atividades, e garantir que os passos do Projeto sejam executados.
3. A terceira atribuição que gostaríamos de destacar, diz respeito a compor Grupos de Estudos e Aprendizagens (GEAs) para estudos críticos e produção do novo referencial municipal. Esta ação é a base de todo o trabalho em cada rede

Estado da Bahia municipal, uma vez que serão estes GEAs que elaborarão o documento curricular. Os GEAs, constituem-se também, naquilo que para nós é o elemento mais rico deste processo, espaços formativos, pois os professores estão realizando estudos críticos, reflexões, diálogos sobre aquilo que diretamente diz respeito a sua prática pedagógica, o Currículo.

Organograma de atuação da Comissão Municipal de Governança



Grupos de Estudos e Aprendizagens (GEAs)

Os Grupos de Trabalho, aqui chamados de Grupos de Estudos e Aprendizagens, tem como objetivo envolver todos os professores da respectiva rede de ensino no processo de estudo, reflexão e autoria curricular, tendo em vista a elaboração do Referencial Curricular local. Estes GEAs contam com atribuições específicas, e atuam sob coordenação e orientação da Comissão Municipal de Governança. Diretores e Coordenadores Pedagógicos também serão envolvidos neste trabalho junto aos GEAs. Destacamos abaixo, em forma de sugestão de roteiro de trabalho, as atribuições destes Grupos:

1. Elaborar cronograma de trabalho, definindo as atividades, responsáveis e prazos;

2. Realizar estudos sobre concepção de currículo e textos introdutórios do DCRB;
3. Pesquisar sobre os aspectos econômicos, sociais, artísticos, culturais e ambientais locais e/ou territoriais da área e/ou componente curricular são importantes para aprendizagem dos estudantes;
4. Observando as temáticas locais e/ou territoriais, observar se elas estão contempladas no texto. Caso não esteja, pensar/elaborar proposta de habilidades, unidade temática e objetos de conhecimento que possam contemplar as especificidades locais;
5. Realizar estudos sobre os temas contemporâneos da BNCC e integradores do DCRB, a partir das concepções que envolvem a interdisciplinaridade multidisciplinaridade ou pluridisciplinaridade;
6. Realizar estudos do DCRB, em especial sobre as Competências e Habilidades da área e/ou respectivo componente curricular;
7. No momento do estudo, anotar as dúvidas ou observações de necessidades de ajustes para discussão coletiva do grupo;
8. Observar no DCRB habilidades que contemplam os temas contemporâneos/integradores. Caso não tenha, e a área/componente curricular perceba a importância, pensar/elaborar sugestão de habilidade;
9. Realizar a socialização do estudo no grupo, dialogando e buscando um consenso sobre as propostas apresentadas;
10. Sistematizar as contribuições para encaminhamento à Comissão Municipal de Governança;
11. Utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem para diálogo com os Formadores sobre dúvidas, orientações e esclarecimentos;
12. Participar ativamente das Lives formativas que serão realizadas para estudos e orientações.

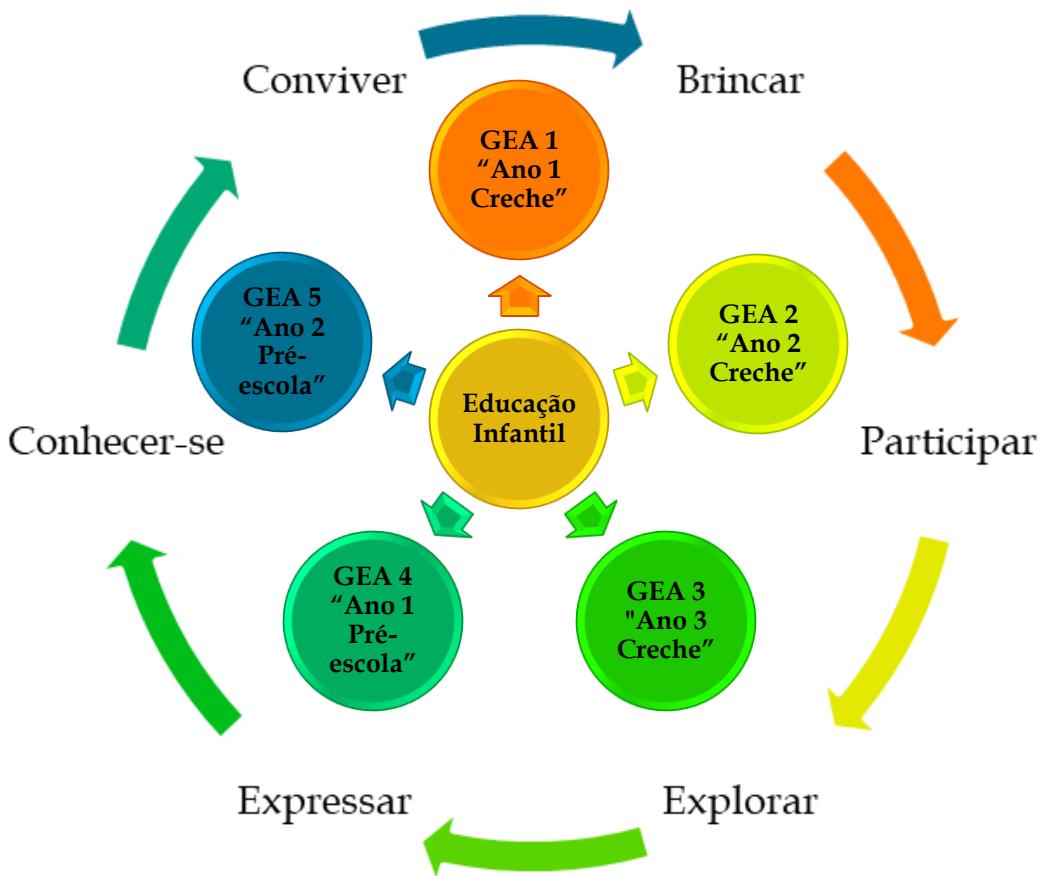
Organização dos Grupos de Estudos e Aprendizagens nos municípios

Para o trabalho o desenvolvimento dos estudos nos grupos, propomos que os professores de cada rede municipal sejam distribuídos nos GEAs, respeitando sua formação e área de atuação.

Grupos de Estudos e Aprendizagens da Educação Infantil

Para Educação Infantil, a depender da quantidade de professores de cada Rede de Ensino, propomos a distribuição dos professores em cinco grupos de trabalho divididos

Estado da Bahia
pelos por turma/ano de organização da Educação Infantil. Os estudos nestes grupos perpassarão os cinco campos de experiências da BNCC/DCRB, conectados com os seis Direitos de Aprendizagem. Cada grupo terá a tarefa de contribuir na/para elaboração dos objetivos de aprendizagem tendo como foco o contexto local que comporá a Parte Diversificada do Currículo.



Grupos de Estudos e Aprendizagens dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a depender da quantidade de professores de cada Rede de Ensino, propomos a distribuição dos professores em cinco grupos de trabalho divididos pelas áreas do conhecimento da BNCC/DCRB. Cada grupo terá a tarefa de contribuir na/para análise e elaboração das habilidades tendo como foco o contexto local que comporá a Parte Diversificada do Currículo.

Os professores responsáveis pelas turmas dos 1º, 2º, 3º anos precisarão também se debruçar sobre os estudos dos materiais existentes nos municípios que referendam o processo de Alfabetização ajustando as concepções para o Referencial Curricular Local.



Grupos de Estudos e Aprendizagens dos Anos Finais do Ensino Fundamental

Quanto aos Anos Finais do Ensino Fundamental, a depender da quantidade de professores de cada Rede de Ensino, propomos a distribuição dos professores em cinco grupos de trabalho divididos pelas áreas do conhecimento da BNCC/DCRB. Cada grupo terá a tarefa de contribuir na/para análise e

elaboração das habilidades tendo como foco o contexto local que comporá a Parte Diversificada do Currículo. No caso de cada um destes GEAs, internamente, para realizar os estudos e análises, os professores se organizarão também por componente curricular.



Educação Integral e modalidades de ensino

A Educação Integral é tida neste trabalho como concepção de educação, e permeará todos os grupos. A Educação do Campo, Indígena, Quilombola, Especial e de Jovens, Adultos e Idosos, observadas suas especificidades, perpassarão os diversos GEAs, sendo também criados também momentos específicos de estudos e aprofundamentos através da metodologia de trabalho adota no Programa.



III Organização Pedagógica do Projeto

A organização pedagógica do Projeto, tem como foco a orientação à distância de todo processo, com a utilização de ferramentas e recursos tecnológicos que permitam um diálogo constante para acesso aos materiais orientadores, esclarecimento de dúvidas e aprofundamento de estudos.

Nesta perspectiva, o trabalho está

organizado tendo como base três ferramentas digitais: o Moodle, a Web TV Undime Bahia e Redes Sociais e Plataformas de Comunicação.

Outra questão importante, é o monitoramento e registro das atividades, para possível certificação do processo formativo, e a divisão de etapas do processo de orientação formativa, que contribuirá no monitoramento e também na adesão por parte de municípios que estejam em estágios diferenciados de construção/ elaboração de suas propostas curriculares.



Foto: Licínio de Almeida/BA

Moodle

Na proposta, o Moodle é a principal ferramenta para desenvolvimento de toda orientação formativa. Neste espaço, estarão disponíveis todos os materiais de estudos e com orientações. Também será o principal recurso



para interação entre Formador e Comissões Municipais de Governança, esclarecimentos de dúvidas e aprofundamento de estudos através de Fóruns de Discussão.

A princípio, a ideia é que apenas os membros das Comissões de Governança tenham acesso, mas ainda será discutida a possibilidade de ampliação deste acesso para membros de GEAs.

Web TV Undime Bahia



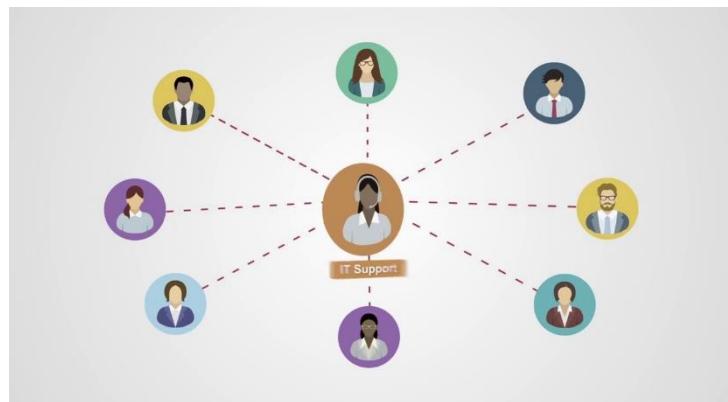
O canal no YouTube da Web TV foi pensado pela Undime Bahia, justamente para ofertar através de Lives Formativas, estudos para os Dirigentes Municipais de Educação, equipes técnicas das secretarias e professores. Desta forma, a intenção é usar essa ferramenta para realização de diálogos com especialistas sobre temáticas pedagógicas específicas do processo de (re)elaboração dos referenciais curriculares dos municípios baianos.

As Lives seriam realizadas semanalmente, ou

sempre que necessário, através do canal Web TV Undime Bahia, disponível no YouTube, tendo como base um cronograma formulado pela equipe de Especialistas. Acesso ao canal: https://www.youtube.com/channel/UCBxj7xy5o096Bfc5zvt_Hng.

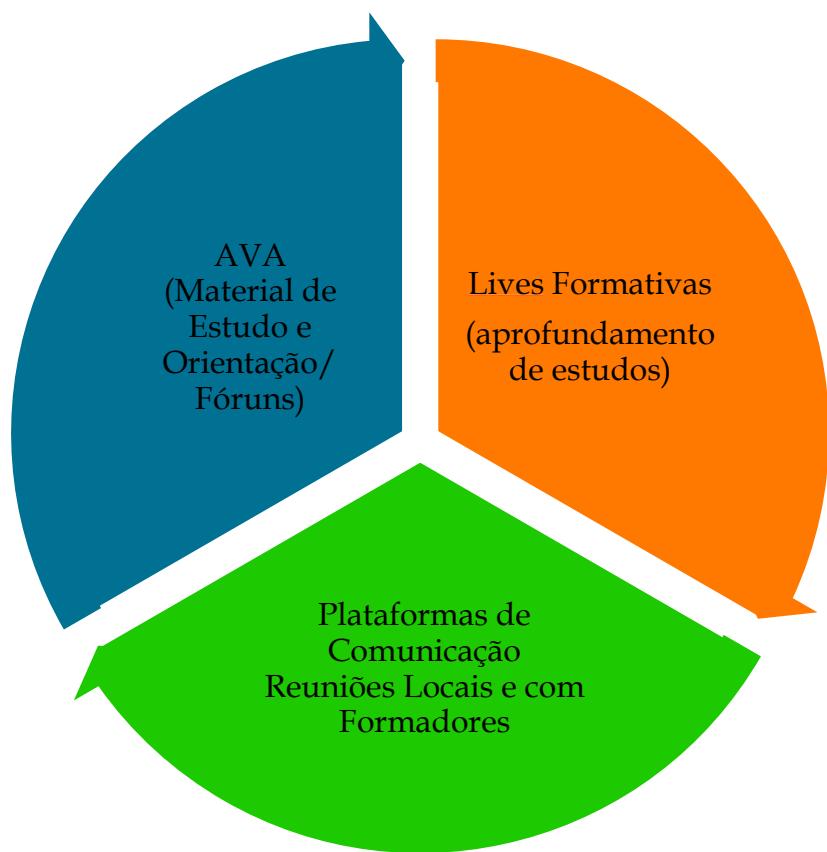
Redes Sociais e Plataformas de Comunicação

Para ajudar na organização e realização das atividades do Projeto, a sugestão é a utilização de Redes Sociais, como o WhatsApp, por exemplo, que permite uma comunicação rápida, com a organização dos professores de cada GEA em grupo de WhatsApp. Os Formadores também organizarão grupos no WhatsApp em cada Núcleo Formativo, reunindo todos os membros de Comissão Municipal de Governança de cada município do Território.



As Plataformas de Comunicação, ajudam na realização de reuniões entre todos sujeitos atuantes neste Projeto. Encaminharemos orientações para o acesso e uso destas Plataformas. Uma vez que estamos em distanciamento social, este será o nosso recurso de encontro virtual com os nossos colegas neste trabalho.

Organização Pedagógica



Acompanhamento, monitoramento e avaliação

O acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações serão realizados por meio de fichas de registro, relatórios e aplicação de instrumentos de avaliação junto aos municípios.

Também serão elaborados instrumentos de registro do percurso de trabalho de cada município, registrando as atividades e pessoas participantes do processo, para certificação de participação.

Etapas do processo de orientação formativa

Para orientar o monitoramento do Projeto e também a adesão de municípios que estejam em processos diferenciados de construção/ elaboração curricular, vamos aqui descrever, tendo como base a Organização Pedagógica do Projeto, etapas para o processo de orientação formativa.

1ª Etapa

Esta configura-se a etapa inicial do processo de orientação formativa, na qual o município precisa realizar a adesão ao Projeto de Elaboração de Referenciais Curriculares nos municípios Baianos.

2ª Etapa

Etapa na qual o município precisa ter constituído através de portaria a Comissão Municipal de Governança e organizado os Grupos de Ensino e Aprendizagem. Mesmo os municípios que já estejam em processos mais avançados de construção/ elaboração curricular, podem instituir Grupos de Ensino e Aprendizagem, para realização das atividades expressas nas atribuições destes grupos, que no processo em curso ou finalizado no município, não tenham sido contempladas. Este processo permitirá um maior aprofundamento de estudo, mas principalmente de autoria curricular considerando a valorização no referencial do que aponta o Art. 7º da Resolução CEE/CP Nº 2 de 22 de dezembro de 2019.

Os currículos escolares relativos a todas as etapas e modalidades da Educação Básica devem ter a BNCC como referência obrigatória e incluir uma parte diversificada, definida pelas instituições ou redes escolares de acordo com a LDB, as diretrizes curriculares nacionais e o atendimento das características regionais e locais, segundo normas complementares estabelecidas pelos órgãos normativos dos respectivos Sistemas de Ensino. Parágrafo único. Os currículos da Educação Básica, tendo como referência a BNCC, devem ser complementados em cada instituição escolar e em cada rede de ensino, no âmbito de cada sistema de ensino, por uma parte diversificada, as quais não podem ser consideradas como dois blocos distintos justapostos, devendo ser planejadas, executadas e avaliadas como um todo integrado.

Importante destacar também em inteiro teor o Art. 8º da mesma Resolução, que diz que os currículos, coerentes com a proposta pedagógica da instituição ou rede de ensino, devem adequar as proposições da BNCC à sua realidade, considerando, para tanto, o contexto e as características dos estudantes devendo:

I. Contextualizar os conteúdos curriculares, identificando estratégias para - , representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas; II. Decidir sobre formas de organização dos componentes curriculares – disciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar ou pluridisciplinar – e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares, de modo que se adote

estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem; III. Selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização, entre outros fatores; IV. Conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os estudantes nas aprendizagens; V. Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado, que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da instituição escolar, dos professores e dos alunos; VI. Selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender; VII. Criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de desenvolvimento docente, que possibilitem contínuo aperfeiçoamento da gestão do ensino e aprendizagem, em consonância com a proposta pedagógica da instituição ou rede de ensino; VIII. Manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das instituições ou redes de ensino, em atenção às diretrizes curriculares nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação e normas complementares, definidas pelos respectivos Conselhos de Educação; §1º Os currículos devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, observando-se a obrigatoriedade de temas tais como o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; e a educação digital, bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica, na perspectiva do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira.

§2º As escolas indígenas e quilombolas terão no seu núcleo comum curricular suas línguas, saberes e pedagogias, além das áreas do conhecimento, das competências e habilidades correspondentes, de exigência nacional da BNCC.

Ainda para os municípios que estejam em processos avançados de construção/elaboração curricular, mesmos aqueles com suas propostas em análise do Conselho Municipal, ou já homologadas, pensamos ser importante uma análise e reflexão do município sobre se na elaboração da sua proposta conseguiu atender as normativas

Estado da Bahia pontuadas nos artigos 7º e 8º da Resolução CNE/CP 02 de 2017, e também ao Art. 6º que ressalta que este processo precisa ter a efetiva participação de seus docentes. Sabemos que poucos municípios conseguiram efetivamente envolver todos os seus professores neste processo, e a metodologia de trabalho proposta neste Projeto, favorece que o cumprimento desta normativa se realize agora.

A adesão a esta etapa, constitui ainda o atendimento da normativa do Art. 17 da respectiva Resolução, que diz que na perspectiva de valorização do professor e para atendimento também do Art. 28 da Resolução CEE 137/2019 que atribui que “as redes públicas e privadas e as instituições escolares deverão promover cursos ou programas de formação continuada para os professores objetivando a implementação da BNCC. Caberá neste sentido, a Coordenação Estadual deste Projeto evidenciar esses aspectos legais junto aos municípios que já estão em processos mais avançados, para que tenham maior condição de compreender a participação nesta proposta de orientação formativa.

3ª Etapa

Conclusão dos estudos, diálogos e sistematizações por todos os GEAs, com encaminhamento para a Comissão Municipal de Governança.

4ª Etapa

Conclusão de análise e sistematização dos textos encaminhados pelos GEAs, formatando a proposta de Referencial Curricular do Município, com disponibilização de consulta pública para outras contribuições e validação, e encaminhamento oficial para a Secretaria Municipal de Educação.

5ª Etapa

Encaminhamento pela Secretaria Municipal de Educação da proposta de Referencial Curricular do Município para o Conselho Municipal de Educação.

6ª Etapa

Aprovação pelo Conselho Municipal de Educação.

7º Etapa

Homologação pela Secretaria Municipal de Educação.



Foto: Planaltino/BA

Fluxograma do Projeto

Orientações Undime/ Uncme/ UFBA/ Fundação Itaú

Comissão Municipal de Governança

GEAs (Professores)

Estudos

Sistematização

Envio para a Comissão Municipal

Sistematização

Envio para validação final dos GEAs

Formalização e entrega para a SME

Encaminhamento para o CME

Homologação



IV Organização Financeira do Projeto

Equipe de Execução do Projeto	Quantidade	Descrição	Período	Valor Mensal	Valor Total
Coordenação Estadual	1	Coordenador pela Undime/Bahia	3 meses	Cedido pelo Parceiro	----
	1	Coordenador pela Uncme/Bahia	3 meses	Cedido pelo Parceiro	----
	1	Coordenador UFBA	3 meses	Cedido pelo Parceiro	----
	1	Coordenador pelo Itaú Social	3 meses	Cedido pelo Parceiro	----
	1	Coordenador de Articulação com os Municípios	3 meses	R\$ 1.300,00	R\$ 3.900,00
Especialistas	3	Especialistas de Currículo	3 meses	R\$ 1.300,00	R\$ 11.700,00
	3	Especialista de Etapas	3 meses	R\$ 1.300,00	R\$ 11.700,00
	4	Especialistas em Modalidades	3 meses	R\$ 1.300,00	R\$ 15.600,00
	1	Especialista para Plataforma Moodle	4 meses	R\$ 1.300,00	R\$ 5.200,00
	27	Formadores	3 meses	R\$ 1.300,00	R\$ 105.300,00
		TOTAL			R\$ 153.400,00

Referências

ALVES, N. (Org.) *Criar currículo no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 2002.

APPLE, M. Teoria educacional crítica em tempos incertos. In: Hipólito A. Gandin, L. *Educação em tempos incertos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 13-37.

ARDOINO, J. Pensar a multirreferencialidade. In: Macedo, R. S. Barbosa, J. G.; Borba, S. *Jacques Ardoino & a Educação*. Coleção Pensadores e Educação. Belo Horizonte: Autêntica: 2012, p. 87-100.

ARDOINO, J. L'approche multirréférentielle (plurielle) des situatios éducatives et formatives. *Pratique de Formation (Analyses)*, Université de Paris 8, nº 25-26, 1993, p. 15-34.

ARROYO, M. *Curriculum : território em disputa*. Petrópolis : Vozes, 2011.

_____ Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. de C; GOMES, N. L. *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Critérios para um atendimento em creches que respeite os Direitos Fundamentais das Crianças*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1995.

BRASIL. Resolução CNE/CP número 2. *Implementação da Base Nacional Comum Curricular*. 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Da Educação Infantil*, Lei n. 9394, D.O U. dez. de 1996.

BRASIL. MEC/SEB/DPE/COEF. *Ensino Fundamental de Nove Anos – Orientações Gerais*. Brasília, julho de 2004.

BRASIL. Ministério do bem-estar social. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação*. Brasília/DF: MEC/SEB. 2006.

CAPUTO, S. G. *Educação nos terreiros e como a escola se relaciona com crianças de candomblé*. Rio de Janeiro: FAPERJ / PALLAS, 2012.

CARVALHO, J. M. “Potência do “olhar” e da “voz” não dogmáticos dos professores na produção dos territórios curriculares no cotidiano escolar do Ensino

Fundamental". In: Carvalho, J. M. (Org.) *Infância em territórios curriculares*. Petrópolis: DP et Alii, 2012, p. 9-15.

CAMPOS, M. M. Ensino Fundamental e os desafios da Lei nº 11.274/2006: por uma prática educativa nos anos iniciais do Ensino Fundamental que respeite os direitos da criança à aprendizagem. In: Salto para o Futuro, TV Escola. *Anos iniciais do Ensino Fundamental*. Rio de Janeiro: Ano XIX, nº 12, setembro de 2009, p. 10-16.

CAMPOS, R.; SILVA, R. Ensino Fundamental de nove anos:processos locais de regulação e seus efeitos sobre a Educação Infantil. In: Rocha, E.; Kramer, S. (Orgs.) *Educação infantil: enfoques e diálogos*. São Paulo: Papirus, 2011, p. 349-366.

CHARLOT, B. *Da relação com o saber*. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

CHOMBART DE LAUWE, M. J. *Um mundo outro. A infância*. São Paulo: EDUSP, 1991.

DELBONI, T. M. "Movimentos de corpos de alunos(as) que vibram na criação do conhecimento como o mais potente dos afetos". In: Carvalho, J. M. (Org.) *Infância em territórios curriculares*. Petrópolis: DP et Alii, 2012, p. 49-62.

DOOL, WILLIAM. *Curriculum: uma perspectiva pós-moderna*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HOLZMEISTER, A. P.; LOPES, S. W. "O currículo como corpo afetivo: aprendizagem e diferença em uma educação para potência". In: Carvalho, J. M. *Infância em territórios curriculares*. Petrópolis: DP et Alii, 2012, p. 64-77.

JOSSO, M. - C. *Experiências de vida e formação*. Tradução de José Cláudio e Júlia Ferreira. Lisboa: EDUCA, 2002.

FERRAÇO, C. E. (Org.) *Cotidiano escolar, formação de professores(as) e currículo*. São Paulo : Cortez, 2005.

GOODSON, I. A crise da mudança curricular: algumas advertências sobre iniciativas de reestruturação. In: Silva, H. (Org.) Século XXI. *Qual conhecimento? Qual currículo?* Petrópolis: Vozes, 2000, p. 109-147.

_____, Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e seu desenvolvimento profissional. In: Nóvoa, A. (Org.) *Vida de Professores*. Porto: Porto Editora, 1992, p. 69-90.

_____, "Curriculum, narrativa e futuro social". *Revista Brasileira de Educação*, ANPED, V. 12, n. 35, maio/agosto, 2007, p. 241-252.

_____, *As políticas de currículo e de escolarização*. Tradução de Vera Joscelyne Petrópolis: Vozes, 2008.

JOSSO, M.-C. *Experiências de vida e formação*. Tradução de José Cláudio e Júlia Ferreira. Lisboa: EDUCA, 2002.

KOHAN, O. W. Imagens da infância para (re)pensar o currículo. In : *Forum Amazônico de Educação I, 2003. Belém, PA, Anais. O pensamento brasileiro em currículo*. Belém, 2003, p. 24-26.

KRAMER, S. *Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para educação infantil*. São Paulo: Ática, 1989.

KUHLMANN, Jr., M. “Educação Infantil e currículo”. In: Ana L. G. Faria e Marina S. Palhares, (Orgs). *Educação Infantil Pós-LDB: Rumos e Desafios*. Florianópolis, São Carlos: Editora da UFSC, Editora da UFSCAR, 1999.

KISHIMOTO, T. *A pré-escola em São Paulo (1877-1940)*. São Paulo, Loyola, 1993.

MOREIRA, A. F.; SILVA, TOMAZ TADEU DA. *Curriculum, cultura e sociedade*. São Paulo, Cortez, 1995.

MORIN, E. *Introduction à la pensée complexe*. Paris: ESF, 1990.

MORIN, E. ; TERENA, M. *Saberes globais e saberes locais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

MACEDO, R. S. *Chrisallys. Curriculum e complexidade*. Salvador: EDUFBA, 2^a Edição, 2005.

_____*Curriculum: campo, conceito e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____*Compreender e mediar a formação: o fundante da educação*. Brasília: Liber Livro, 2010.

_____*Atos de currículo, formação em ato?* Ilhéus: Editus (UESC), 2013.

_____*O sentido da pré-escola pública*. Salvador: UNEB, 1991.

_____*Prontidão, compensação e pré-escola: prática e crítica*. *Dissertação de Mestrado*, Salvador: FACED-UFBA, 1985, 447 p.

_____*Atos de currículo e autonomia pedagógica: o socioconstrucionismo curricular em perspectiva*. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____*“Enfance et éducation: une recherche sur deux programmes d'éducation pré-scolaire au Brésil.” Tese de doutorado*. Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Paris Saint-Denis, 1995, 740 p.

_____, Infâncias-devir e currículo: a afirmação do direito das crianças à formação. Ilhéus: Editus, 2013.

_____. *A teoria etnoconstitutiva de currículo: uma teoria-ação curricular-formacional*. Curitiba: CRV, 2015.

MACEDO, R. S.; BARBOSA, J. G.; BORBA, S. *Jacques Ardoino & a educação*. Coleção Pensadores e Educação. IV Série. Belo Horizonte: 2012.

MACHADO, S. M. "O 'povo criança' no universo estranho da escola". In: Carvalho, J. M. (Org.), *Infância em territórios curriculares*. Petrópolis: DP et Alii, 2012, p. 143-154.

OLIVEIRA, I. B. *Curriculum como criação cotidiana*. R.J: DP et Alii, 2012.

SILVA, A. P.; PASUCH, J.; SILVA, J. B. *Educação infantil do campo*. São Paulo: Cortez, 2012.

PINAR, W. *O que é a teoria de currículo*. Porto: Porto Editora, 2004.

SOARES, M. B. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ODEBRECHT, V. "Arranjos familiares contemporâneos e a educação infantil: novos desafios e possibilidades". In: Macedo, R. S.; Pimentel, A.; Reis, L. R.; Azevedo, Omar B. *Escritos formacceanos em perspectiva: currículo, experiências, processos formativos e culturas*. Salvador: EDFUBA, 2012, p. 221-226.

SILVA, A. P.; PASUCH, J.; SILVA, J. B. *Educação infantil do campo*. São Paulo: Cortez, 2012.

VICTOR, A. C. Ensinando e aprendendo a ler na Escola Infantil: reflexões sobre o saber-fazer de uma professora. *Práxis Educacional*. V. 8, nº 12, Jan./jun. 2012, p. 185-198.

ZIMMER, M. C.; BALTSKOWSKI, M. J.; GOMES, N. T. Desvendando os sentidos do texto: cognição e estratégias de leitura. *Nonada*, 2004. v. 7 p. 97-127.

CAMPOS, M. M. "Pré-Escola: entre a educação e o assistencialismo". In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n.53, p. 21-24, maio de 1985.

_____. Ensino Fundamental e os desafios da Lei nº 11.274/2006: por uma prática educativa nos anos iniciais do Ensino Fundamental que respeite os direitos da criança à aprendizagem. In: Salto para o Futuro, TV Escola. *Anos iniciais do Ensino Fundamental*. Rio de Janeiro: Ano XIX, nº 12, setembro de 2009, p. 10-16.

_____. "Educação Infantil no primeiro mundo: uma Visão daqui debaixo do Equador".In: ROSEMBERG, F. e CAMPOS, M. M. (orgs). *Creches e pré-escolas no Hemisfério Norte*. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1994.

GUNNARSON, L. "A política de cuidado e educação infantil na Suécia".In: ROSEMBERG, F. e CAMPOS, M.M. (orgs). *Creches e Pré-escolas no Hemisfério Norte*. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1994.

OLIVEIRA, Z. M. R. "Discutindo a experiência americana de Educação Infantil: a Escola Bank Street".In: ROSEMBERG, F. e CAMPOS, M.M.M (orgs). *Creches e Pré-escolas no Hemisfério Norte*. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1994.

VIEIRA, L. M. F. "Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970)". In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.67, p.3-16, 1988.

VIEIRA, M. C. Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

PICONEZ, S. C. B. Educação escolar de jovens e adultos: das competências sociais dos conteúdos aos desafios da cidadania. 5 ed. Campinas: Papirus, 2006.

PIRES, C. M. M et al. Por uma proposta curricular para o 2º segmento da EJA. 2008. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol1epdf. Acesso em: 03 ago. 2011.

PINEAU, G. Autoformação no decurso da vida: entre a hétero e a ecoformação. In: NÓVOA, A. Finger, M. (Org.) *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988, p. 63-77.

MACKERNAN, J. *Curriculum e imaginação*. Tradução de Gisele Klein. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANEXO I – NÚCLEOS FORMATIVOS

FORMADORES POR NÚCLEO FORMATIVO

Núcleo Formativo	Formador(a)	Território	Municípios
1	Miriam Oliveira Rotondano	Irecê	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, Uibaí, São Gabriel, Xique-Xique.
2	Jeane Rufina de Souza Silva	Velho Chico	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato.
3	Luzileide de Jesus Santos e Santos	Chapada Diamantina	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.
4	Carlos Vagner da Silva Matos	Sisal	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retiroândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente..
5	Cristiano de Santanna Bahia	Litoral Sul	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajú do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau-Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Uma, Uruçuca.
6	Anderson Passos dos Santos	Baixo Sul	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.
7	Carolina Freitas Castro Ribeiro	Extremo Sul	Alcobaça, Caravelas, Ibirapoã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda.
8	Higro Souza Silva	Médio Sudoeste da Bahia	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguaí, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória.

Estado da Bahia			
9	Lucinaide Santana Santos	Vale do Jiquiriçá	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra.
10	Marco Antonio de Jesus Botelho	Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá.
11	Gabriela Sousa Rêgo Pimentel	Bacia do Rio Grande	Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolandia, Cotelipe, Cristópolis, Formosa Do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão Das Neves, Santa Rita De Cássia, São Desiderio, Wanderley.
12	Renilton da Silva Sandes	Bacia do Paramirim	Boquirá, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires.
13	Naurelice Maia de Melo	Sertão Produtivo	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindá, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo, Urandi.
14	Izabel Conceição Costa da Silva	Piemonte do Paraguaçu	Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá.
15	Angelo Dantas de Oliveira	Bacia do Jacuípe	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço.
16	Micheli Venturini	Piemonte da Diamantina	Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova.
17	Robélia Aragão da Costa	Semiárido Nordeste II	Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto.
18	Gerusa do Livramento Carneiro de Oliveira Moura	Litoral Norte e Agreste Baiano	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu,- Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Ouricangas, Pedrão, Rio Real, Sátiro Dias.
19	Alexsandro Rocha de Souza	Portal do Sertão	Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova.

Estado da Bahia

20	Josirlene Cardoso Lima Afonseca	Sudoeste Baiano	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Lícírio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista.
21	Tania Maria Nunes Nascimento	Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara, Varzedo.
22	Karine Nascimento Silva	Médio Rio de Contas	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã.
23	Karla Mychely Teles de Miranda Santana	Bacia do Rio Corrente	Brejolandia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Felix Do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho.
24	Maria das Graças Souza Moreira	Itaparica	Abaré, Chorochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas.
25	Maria Cristiane Correia Maia	Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim.
26	Edisio Brandão Sousa	Metropolitano de Salvador	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Vera Cruz.
27	Luiz Argolo de Melo	Costa do Descobrimento	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália.